

“Inválido, viúvo, vivendo ainda graças ao espírito de solidariedade humana”: as lutas dos soldados que apoiaram a incorporação do Acre ao Brasil (1902-1904).

“Invalid, widowed, still living thanks to the spirit of human solidarity”: the soldiers who supported the incorporation of Acre to Brazil (1902-1904).

Daniel da Silva Klein*

Resumo: O artigo a seguir elabora uma análise narrativa sobre as contribuições dos soldados de baixa patente nas lutas pela incorporação do Acre ao Brasil entre 1902 e 1904, dando atenção a três temas: o alistamento, as contribuições de mulheres e crianças e, por último, o esquecimento que pairou sobre eles na hora de receberem benefícios do Estado. Os documentos primários da pesquisa compõem-se de 248 fichas de seringueiros e trabalhadores menos graduados que foram convocados ou não para as lutas e que hoje estão guardadas no acervo Instituto Histórico e Geográfico do Acre, pertencente ao Centro de Documentação e Informação Histórica do Museu Universitário, da Universidade Federal do Acre, na coleção Documentos Históricos. Essas fichas contêm relatos dessas pessoas, que contam como participaram dos levantes armados contra o Peru e Bolívia nos vales do Purus e Acre respectivamente. Como suporte secundário foram acionadas determinadas fontes e bibliografias, que deram suporte à construção do texto.

Palavras-chave: Incorporação; Acre; Brasil; soldados; baixa patente.

Abstract: The following article elaborates a narrative analysis on the contributions of low-ranking soldiers in the struggles for the incorporation of Acre to Brazil between 1902 and 1904, focusing on three themes: the enlistment, the contributions of woman and children and, finally, the oblivion that hung over them at the time of receiving State benefits. The primary documents of the research are made up of 248 records of rubber tappers and lower-ranking Workers who were summoned or not for the fights and which are

* Possui graduação em História (2006) e mestrado em Letras (2010), ambos pela Universidade Federal do Acre, onde também foi professor (de 2009 a 2022). Fez o doutorado em História Social (2013) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é docente da Universidade Federal de São Carlos (desde 2022), no nível Associado.

now under the custody of the Historical and Geographical Institute of Acre, belonging to the Historical Documentation and Information Center of the Federal University of Acre. These sheets contain accounts of these people, who tell how They participated in the armed uprisings against Peru and Bolivia in the Purus and Acre valleys respectively. As secondary support, certain sources and bibliographies were activated, which supported the construction of the text.

Keywords: Incorporation; Acre; Brazil; soldiers; low rank.

Introdução.

A tomada dos territórios acreanos pelo Brasil pode ser lida de várias formas e a que vamos operar aqui apresenta uma narrativa analítica com um viés político, inspirada em uma das linhas teóricas da chamada história vista de baixo. Em um escrito hoje celebre do historiador inglês Peter Burke há a apresentação didática deste ponto de vista quando compara as versões sobre as histórias focadas naqueles que detém o poder dentro de uma ordem social, posições de alta remuneração ou líderes militares graduados em detrimento do popular, leigo, soldados comuns ou trabalhadores de baixa remuneração e no primeiro grupo encontra-se uma história vista de cima e, por conseguinte, aquela vista de baixo (BURKE, 1992, p. 13 e segs).

O presente texto situa-se, portanto, nesse polo por focar-se em soldados de baixa patente, oriundos das convocações junto a seringueiros, comboieiros, demais trabalhadores menos graduados dos seringais, tratando, também, das contribuições de mulheres e crianças. No caso do Acre, os historiadores que se debruçaram nos combates travados por brasileiros, peruanos e bolivianos entre 1899 e 1904 não focam suas narrativas nesse grupo, mas no ponto de vista dos seringalistas, proprietários e membros da elite, tratando-os como heróis da conquista de um novo território. A espinha dorsal desses textos, que se tornaram as efemérides oficiais sobre a ocupação e incorporação do Acre ao Brasil são *A conquista do deserto ocidental*, de Craveiro Costa, os artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, escritos por José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, e o *Formação Histórica do Acre*, publicado por Leandro Tocantins.

Craveiro Costa lançou seu texto em 1940, anos depois em que morou no Acre e conheceu de perto os movimentos que pregavam a transformação do então território federal em estado federativo como os demais. De fundo, seu texto defende essa tese (COSTA, 1940). José Moreira Brandão, por sua vez, publicou o que pode ser chamado de uma série de artigos que tratam sobre a ocupação das terras acreanas, detalhando aí a predominância dos brasileiros, o que justificaria historicamente a incorporação (SOBRINHO, 1947; 1958; 1954; 1959). Leandro Tocantins, em seu turno, faz um compilado geral das pesquisas que vieram antes em um trabalho de síntese (TOCANTINS, 1961). Algo comum a todos esses autores é que nenhum deles era historiador. Leandro Tocantins era um burocrata da ditadura militar pós-64, José Moreira Brandão um juiz federal que chegou a ser nomeado interventor do Acre por Getúlio Vargas e Craveiro Costa ocupou cargos políticos tanto no Acre quanto em Alagoas, sendo nomeado como magistrado sem ter qualquer título adequado¹.

Essas obras, contudo, não estabeleceram as datas daquilo que ficou conhecido como Revolução Acreana, porque esse trabalho foi feito por uma geração anterior de pensadores que foram partícipes desse contexto. Aquele que é considerado o líder desse movimento, José Plácido de Castro, teria escrito o *Apontamentos sobre a Revolução Acreana*, que foi publicado por Orlando Corrêa Lopes em 1911, e é o primeiro a fazer esse estabelecimento. O texto teria sido escrito a pedido de Euclides da Cunha quando ambos viajaram do Acre ao Rio de Janeiro em 1904 (LOPES, 1911).

Não é possível estabelecer com certeza a autoria desses *Apontamentos*, mas ali estão detalhadas as datas, hora e nomes dos personagens que lutaram as batalhas contra os bolivianos. Há, também, algumas análises de Castro a respeito da contribuição dos seringalistas a causa, dentre elas algumas peculiares como a que fez sobre Rodrigo de Carvalho, que era ‘o homem mais medroso que tenho conhecido’ (CASTRO, 1911, p. 20). O segundo a contribuir com o estabelecimento das datas é um mais minucioso, intitulado *O Acre e seus heróis*, de Napoleão Ribeiro que saiu em 1930.

¹ Dados oriundos dos sites: Dados de Craveiro Costa: <https://www.historiadealagoas.com.br/craveiro-costa-historiador-estatistico-politico-escritor-e-jornalista.html>; A respeito de Leandro Tocantins: https://pt.wikipedia.org/wiki/Leandro_Tocantins; Sobre José Moreira Brandão: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castelo-branco-sobrinho-jose-moreira-brandao>; todos acessados em 20/03/2023.

Ribeiro adota a cronologia de Plácido de Castro, mas acrescenta vários dados e nomes de sua própria memória, tendo em vista que ele mesmo tomou parte em alguns eventos daquelas batalhas. Para ele todo esse cenário se deve ao fato de que o gentio Acreano é herdeiro do espírito de conquista dos portugueses, tornando-se os mais brasileiros dentre todos:

O acreano é simplesmente o nortista, e este é o mais brasileiro dos brasileiros. Descendendo do português, do índio e do preto, recebendo o contrapeso do holandês e do francês, o tipo do homem do Nordeste depressa se caldeou formando essa espécie, precisamente brasileira, porque é mais portuguesa, no sangue, nos costumes, nas virtudes e nas feições características (RIBEIRO, 2008, p. 51).

Em meio aos debates raciais do início do século XX, Ribeiro coloca o acreano e, por extensão, o Nordestino como dotado quase que exclusivamente de sangue luso, responsável pela empreitada de transformar o Brasil em um dos maiores países do mundo. O Acre, para ele, é o último resultado desse avanço territorial glorioso. Por último, temos o livro *O Estado Independente do Acre*, de Genesco de Castro, publicado também em 1930.

Genesco era irmão de Plácido e reúne vários documentos do acervo familiar para elaborar um cronograma da incorporação, atos de governo e até mesmo uma versão do *Apontamentos*. A grande tese de Genesco de Castro era recolocar o papel de seu irmão perante supostos desmandos do governo federal, por isso o livro tinha o ‘intuito de restabelecer a verdade, de mostrar a felonía do governo para com o grande patriota, não vacillo em lançar mãos dos documentos ao meu alcance’ (CASTRO, 1930, p. 149).

Acontece que nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Acre estão guardados 248 fichas de soldados de baixa patente que tomaram parte nesses combates, onde constam depoimentos de seringueiros, pequenos comerciantes e até mesmo de homens que eram crianças naquele período. São fontes que fogem do padrão oficial de leitura positiva das fontes operadas por esses historiadores diletantes, que salvo em raras oportunidades adotam alguns depoimentos como base de seus dados ou suas próprias lembranças.

Essas fichas contam por vezes versões parecidas com as que são apresentadas por essa historiografia tradicional, mas nosso intuito aqui é justamente trazer à baila outras vozes que foram silenciadas. Trata-se de uma

história vista de baixo que não tem um caráter inovador no que diz respeito a teoria, mas tão somente busca um outro viés para tratar da incorporação do Acre ao Brasil. Três eixos temáticos foram abordados, o primeiro sobre o caráter ofensivo dos alistamentos de trabalhadores, seguido pelas contribuições de mulheres e crianças para as lutas e, por fim, a maneira como esses soldados foram esquecidos na hora de receberem seus direitos por terem tomado parte nesse processo de incorporação.

Alistamento

Um levante armado precisa de soldados e no caso em questão a querela parece não ter empolgado tanto a tropa objetivada, os trabalhadores dos seringais acreanos. Isso se deve a algumas questões, a mais óbvia é que os combates contra bolivianos e peruanos não eram abertos pelo governo brasileiro, mas por seringalistas. E lutar pelos patrões não era uma motivação muito atraente. Os soldados não falam abertamente que não gostariam de lutar pela causa dos seringalistas, mas em seus depoimentos isso está subentendido na primeira informação que prestam porque dizem que não se alistaram voluntariamente, subentendendo-se que foram forçados a ingressar nas milícias. Odorico Oliveira contava a seu filho que não se alistou, foi levado a isso e Manoel Campos de Oliveira, por sua vez, começa seu depoimento com um seco: ‘Declara que não foi voluntário’. Enquanto a viúva de Manoel Izaias de Matos contou que seu falecido esposo não serviu como voluntário e sim incorporado por Plácido de Castro quando de sua passagem pelo seringal Vitória em 1902 (OLIVEIRA, 1954; OLIVEIRA, 1946; MATOS, 1967).

Esses e muitos outros declararam diretamente ou para seus herdeiros que não se voluntariaram, o que deixa margem para entendermos que não gostariam de servir, neste caso às tropas paramilitares. Isso não quer dizer que não eram nacionalistas, porque deixaram muitos relatos empolgados sobre suas contribuições pela incorporação do Acre ao Brasil. O que não lhes atraía certamente eram as lideranças, porque o único relato que de fato fala como eram as conversas nas convocações foi deixada por Maria Raimunda de Melo. Era filha de Isbelo Florentino de Melo, que trabalhava no seringal Porongaba desde 1898. Conta que seu pai dizia que foi convocado pelo capitão Júlio Costa,

um homem grosseiro e violento. Na sua tropa arregimentando trabalhadores a violência era comum, ‘o que fazia com que os seringueiros fugissem seringal adentro’ (MELO, 1974).

O recrutamento, portanto, era uma prática violenta a tal ponto que até mesmo os membros das tropas que seguiam pelos seringais com esse ofício se referem ao trabalho como um processo de aliciamento. João de Souza trabalhou em uma delas, onde afirma que era um dos responsáveis por aliciar os seringueiros para as lutas (PEREIRA, 1970). Pode-se argumentar que o sentido de aliciamento poderia ser diferente para o começo do século XX no Acre, mas quem nos oferece uma explicação sobre a negatividade do termo é Jeremias Ferreira. Atuava com o coronel Alexandrino José nesse trabalho de aliciamento e em 14 de setembro de 1902, ‘naquela noite tempestuosa, um companheiro fugiu e ele fez parte da captura e assim assistiu aquela terrível cena de fuzilamento’ (BRITO, 1970).

O fuzilado era conhecido como Doutor entre os soldados, talvez porque tivesse alguma formação letrada, e foi capturado no dia 15 após extensas buscas pelo seringal Panorama. Segundo se registrou, o assassinado contou antes de morrer que não queria lutar, era novo e o medo seria natural naquela condição (RIBEIRO, 2008, pp. 111-112). As falas dele certamente foram levadas em consideração pelos seus pares, caso contrário Jeremias Ferreira sequer teria se referido a cena que assistiu como terrível. O termo em si já caracteriza o sentido negativo assumido pelo termo aliciamento para aqueles soldados. Hipólito Queiroz Pinheiro informa sobre o procedimento abrupto dessas forças de aliciamento, porque ‘trabalhava na colocação Revolta, depósito Iquiri, até que a força Pega-Leva obrigatoriamente o levou ao encontro de Plácido de Castro em 02 de setembro de 1902’ (PINHEIRO, 1967). Sem conversas preliminares, a questão colocada para aqueles homens era ou se luta pelos e com os patrões virulentos ou se tentava uma fuga com riscos de morte.

Logo nas primeiras reuniões para início do levante, os seringalistas acordaram sobre como deveriam proceder com as forças de trabalhadores que tinham em suas propriedades. Dionísio Soares diz que José Galdino, Joaquim Victor, Domingos Caetano e outros em conjunto com Plácido de Castro iriam dispor de ‘todos os elementos válidos’ em seus seringais para a empreitada, deixando uma quantia para a manutenção desses empreendimentos econômicos

(CAMPOS, 1968). A luta contra o exército regular dos países vizinhos estavam em pé de igualdade com a manutenção da produção de borracha, tanto que Joaquim Victor reuniu seus funcionários entre 14 e 15 de novembro de 1902 na sede do Bom Destino e lá obrigou a todos os maiores de 16 anos a se alistarem. Francisco Ferreira Maia estava entre os obrigados a se alistar e disse que as mulheres ficariam responsáveis pela produção de borracha, um grupo pelos roçados, crianças pelo transporte de alimentos e os homens, seriam os soldados (MAIA, 1974).

As engrenagens do alistamento não abandonariam as questões econômicas, que ficaram nas mãos de mulheres e crianças, como veremos adiante. A questão da brutalidade desses empresários amazonidas não era atraente de fato, tanto que de todas as fichas, somente cinco delas apontam seringueiros que se alistaram voluntariamente às lutas. A mais entusiástica delas é certamente a de José de Oliveira Lima, que

Com os mesmos sentimentos de seu conterrâneo e amigo, Luiz do Vale Melo, manifestando-se também contra o Bolivian Syndicate, cujos termos do contrato de arrendamento para o grupo de capitalistas ingleses e americanos, deixava evidente o grande perigo que representava para os habitantes da região, não se conformando com a decisão do Congresso Boliviano em decretar que os revolucionários do Acre eram considerados ‘filibusteiros’ e que todos que fossem agarrados, deveriam ser sumariamente fuzilados, causando indignação geral, o titular da presente ficha não hesitou um só instante em se apresentar ao Cel. Joaquim Victor, no seringal Bom Destino (LIMA, 1927).

Lima era um seringueiro que possuía uma leitura profunda do quadro da luta, não se importando com as possíveis agruras que encontraria na luta contra o capital estrangeiro e pelo que diz entende ser imprescindível sua participação nos eventos. Outro que se integrou foi Aníbal Lopes, ‘jovem entusiasta e reconhecedor dos direitos dos brasileiros exploradores e legítimos possuidores das terras acreanas, não se recusou de oferecer seus serviços em prol da causa da revolução’, se alistando junto ao coronel João Damasceno Girão (LOPES, 1973). Nilo Bezerra, noutro caso, ‘alistou-se entusiasticamente nas fileiras acreanas’, ingressando como soldado do Hospital de Sangue comandado por Francisco Mangabeira, Antônio Baptista de Moraes, Epaminondas Jácome e outros (OLIVEIRA, 1973). Francisco Lúcio de Sena se limitar a informar que se

alistou em 04 de novembro de 1902, assim Vicente Curunil, que se voluntariou naquele mesmo ano (SENA, 1974; CURUNIL, 1968). Desses cinco que informam terem se alistado por conta própria, somente três falam da sua prontidão entusiasmada pela causa.

Mulheres e crianças

Em um livro que nasceu clássico, Svetlana Aleksievitch argumenta que a guerra não tem rosto de mulher tanto que o próprio nome do livro é a tese defendida. Assim, se na historiografia superficial e nas memórias heroicas as mulheres foram relegadas, no texto a autora demonstra justamente os protagonismos femininos (ALEKSIÉVITCH, 2016). Esse trabalho permite extrapolar essa tese, porque fica evidente que não só a guerra, mas a história como um todo não tem rosto de mulher (KLEIN, 2019, p. 219). A respeito do maior conflito internacional travado na América Latina, a Guerra do Paraguai, a professora Maria Teresa Garritano Dourado faz uma observação que vai nesse sentido, porque ali as narrativas são dadas como uma ‘sucesso de fatos viris e heroicos’, tornando a visibilidade feminina quase nula, por isso

Os seus feitos são narrados de forma escassa o que torna impossível saber, nem de forma aproximada, quantas mulheres seguiam seus esposos e companheiros, quantas eram prostitutas e vivandeiras (...), quantas morreram ou quantas crianças nasceram nesse período. Mas elas aparecem, em todos os exércitos envolvidos, de vez em quando em alguma ordem do dia, imagens, memórias e ainda em documentos, cartas oficiais ou privadas (DOURADO, 2014, p. 124).

No caso do Acre essa questão não foi diferente, porque não existem ruas, praças ou estátuas em homenagem às mulheres que tomaram parte nos combates ou retaguarda. Naqueles livros sobre os heróis do Acre, há uma ou duas linhas sobre elas e nas fontes, aqui e ali uma ou outra menção é feita. Na luta em si, contudo, as lideranças sabiam que deveriam contar não só com as mulheres, mas com seus filhos pequenos, o que fica evidente nos argumentos de Bertoldo Nunes dos Santos, filho de Manduca Vaqueiro, um dos seringalistas que lideravam os combates contra os peruanos. Diz Bertoldo Nunes sobre o que ficou acordado em uma reunião dos seringalistas:

Que ficou decidido organizar um pequeno exército composto por seringalistas, seringueiros e empregados dos seringais para dar combate as tropas peruanas em todo o vale do Purus, e também que as mulheres e os menores de quatorze anos ficariam concentrados nos seringais Liberdade, Muiraquitã e Livre-nos-Deus, estas entregues a produção da farinha, mel, rapaduras e outros gêneros alimentícios, e aqueles entregues ao trabalho de conduzirem canoas por terra e outros meios, ditos gêneros, nas proximidades das zonas de combate (SANTOS, 1975).

As mulheres iriam assumir as produções de alimentos para as tropas, enquanto que as crianças, os serviços de transporte. Os homens, por outro lado, iriam para as linhas de frente. Se posteriormente as mulheres e seus filhos foram esquecidos, no calor do momento as suas capacidades foram levadas em conta e assumiram um protagonismo preponderante. João Batista da Silva viu essa reunião, presenciando o planejamento e posteriormente no cotidiano dos combates afirmou que as mulheres não só produziam alimentos, como assumiram o cuidado dos roçados e toda a produção de borracha (SILVA, 1975).

Os relatos sobre essas contribuições se avolumam na documentação, como relata a viúva de José Alexandre conta que seu marido era órfão de mãe e trabalhava com seu pai no Purus, carregando secos e molhados em um batelão e vendendo os produtos pelos seringais. Quando as lutas contra os peruanos começaram em 1903, o pai de Alexandre foi convocado e ele, pequeno ainda, foi entregue na sede do seringal do coronel José Ferreira de Araújo, onde ficou trabalhando com as famílias na produção de rapadura, farinha e mel para serem distribuídas às tropas (ALEXANDRE, 1974).

No Boa União, quando os homens foram levados para os combates, José de Souza Medeiros e sua mãe ficaram encarregados pela produção de borracha. Ele tinha apenas 12 anos e quase não conseguia carregar o produto, que pesava entre 10 a 15 quilos, sendo ajudado por sua genitora. Aos sábados ia para o barracão buscar mantimentos, fugindo das patrulhas bolivianas pelos varadouros do seringal, numa tarefa tão difícil e perigosa, que até mesmo Plácido de Castro havia proibido suas tropas de fazer tais percursos. Geralmente os bolivianos ‘respeitavam as crianças, mas periodicamente ocorria casos de ataques aos meninos condutores de rancho’ (MEDEIROS, 1975). Já no Iracema as mulheres e crianças que por ali permaneceram tinham uma rotina parecida, porque Gaspar Mascarenhas ajudava sua mãe com a produção e ia também buscar mantimentos, ‘atravessando zonas perigosas até mesmo em frente a

piquetes de soldados bolivianos e as escondidas por traz das árvores, vem como sujeito a cobras, onças e outros animais ferozes’. Infelizmente o pai morreu e ficou com sua mãe na lida da colocação (MASCARENHAS, 1975).

Quando as fichas falam em famílias nos trabalhos de retaguarda, tratam das mulheres e crianças que ficaram nas colocações. No seringal Forte de Veneza, no rio Acre, foi criado um acampamento para famílias das propriedades vizinhas, porque mulheres e crianças estavam recolhidas nos centros desses seringais, isoladas. Em grupo, faziam diversas tarefas de manutenção (ALENCAR, 1975). Acontece que os combates quebram os planos e as demandas cotidianas requerem novas tarefas, como demonstra Pedro Xavier Teixeira a respeito do quartel montado no Bom Destino. Ali ele e sua mãe, dona Maria Antonieta, trabalhavam no abastecimento das tropas, mas também no hospital cuidando dos feridos. As mulheres e crianças chegaram mesmo a repelir vários ataques dos bolivianos, ‘pois o mesmo acampamento estava muito bem preparado para qualquer ataque que fosse a quantidade ou qualidade das forças bolivianas’ (TEIXEIRA, 1973). José Júlio da Silveira contava a sua esposa, dona Francisca da Costa Silveira, que muitas crianças foram literalmente obrigadas a pegarem e armas quando os acampamentos eram ‘de súbito atacados por sentinelas avançados das forças bolivianas e com eficiência, pois os garotos atiravam muito bem e não temiam coisa alguma’ (SILVEIRA, 1937). As mulheres e crianças não só mantinham a retaguarda como a defendiam, não importando o quão insistentes fossem os adversários, ou seja, a própria retaguarda as vezes virava linha de frente.

No Acre, portanto, quando falamos de mulheres na guerra não podemos separá-las de seus filhos, pequenos companheiros nas lutas, ou seja, a questão de gênero aqui está em associação com a de maternidade. O silenciamento proposital sofrido pelas mulheres e seus filhos nessas guerras contra bolivianos e peruanos foi quase que total, porque somente uma delas adentrou nas narrativas historiográficas, Angelina Gonçalves de Souza. Segundo Napoleão Ribeiro, em certo momento de 1902,

A cearense Angelina Gonçalves de Souza vendo o seu marido, que negociava no povoado, morto pelos bolivianos, pegou em armas e combateu denodadamente, tendo ferido à bala de rifle o Coronel Rosendo Rojas, e sendo presa, este chefe boliviano lhe perdoou em

virtude de sua bravura, e ao dar-lhe a liberdade declarou que se Plácido possuísse dez mulheres como aquela, conquistaria a Bolívia (RIBEIRO, 2008, p. 113).

Um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Acre, Mario de Oliveira, a conheceu. Após ter perdido seu esposo, Angelina Gonçalves conheceu José Faustino e dele chegou a ficar noiva de José Faustino, mas a relação sequer engrenou porque ele foi morto nos primeiros dias de janeiro de 1903, quando atuou na tomada de Puerto Alonzo dos bolivianos. Após essa segunda perda, foi trabalhar na sede do seringal Bagé, de propriedade do pai de Oliveira, o major João Donato² e anos mais tarde foi contratada como professora no Volta da Empreza, arruado que daria origem a capital do Acre, Rio Branco (OLIVEIRA, 1978, p. 12). As mulheres adentram na historiografia acreana desse cenário apenas como um apetrecho, uma nota rápida em um livro ou como parte da origem da posse de uma espada – sim, o texto de Mario de Oliveira não trata da trajetória de Angelina Gonçalves, mas da espada de seu noivo que ela doou ao pai dele por tê-la acolhido.

Os nacionalistas esquecidos.

Terminada as lutas, os ex-combatentes voltaram aos seus afazeres e com o passar dos anos, as condições de vida em que se achavam era, se pode imaginar historicamente, que viviam, em sua maioria, por uma verdadeira calamidade. Tinham chegado a velhice pobres, na maioria das vezes inválidos e sozinhos. Os casos deveriam ser alarmantes, porque em 1948 foi publicada a Lei n. 380, que concedia uma pensão de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a cada um dos veteranos (LEI 380, 1948). Resumidamente ela só previa o pagamento e a abertura de crédito para garantir os mesmos, não informando como os beneficiários acessariam os valores devidos. Na prática, os requerentes deveriam abrir um processo judicial, onde haveria de constar um histórico autorizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Acre, que consultaria documentos ou confrontaria depoimentos do requerente com de testemunhas, para comprovação de que lutaram pela incorporação.

² O seringal Bagé deu origem a fazenda Sobral, que hoje é o maior bairro da capital acreana, Rio Branco.

Os requerentes na maioria dos casos não tinham recursos para darem andamento aos processos, porque a maioria terminava nos depoimentos e dos que eram concluídos, a pensão só era legitimada quando o solicitante já havia falecido. Resta dizer que o valor da pensão era pouco maior que o salário-mínimo de 1948, que tinha o valor de Cr\$ 380,00 – sendo que pela cotação do Dólar, o Cruzeiro equivalia a algo entre 0,2 a 0,3 centavos da moeda norte americana (SALÁRIO MÍNIMO MENSAL, 2009; CARDOSO, 1971, p. 87). Acrescentando um detalhe, o valor das pensões não era atualizado, o que gerava defasagem porque em 1950 o oficial legislativo Arthur Barroso não via como justo o pagamento de pensões diferentes a veteranos da propalada Revolução Acreana, porque a maioria iria receber os valores estipulados por essa lei geral e outros eram agraciados com equivalentes a oficiais das forças armadas, nomeados por leis específicas (BARROSO, 1950).

Dessa forma, esses combatentes não tiveram o devido reconhecimento por parte da sociedade acreana e brasileira como um todo, porque chegaram a velhice geralmente com seus corpos estropiados pelas cicatrizes das lutas, sem condições de se sustentarem e mendigando por ajuda. Joaquim Matias de Almeida estava com 90 anos em 1976 e sua condição era muito frágil, porque nas lutas que travou, principalmente nas localidades Volta da Empreza, Missão, Costa Rica e no cerco de Porto Acre, saiu delas com cicatrizes no rosto, perdeu um olho e os ferimentos em uma de suas pernas foram tão graves, que teve de amputá-la ainda em combate. Terminada a luta foi trabalhar com o comendador Joaquim Maia Leite, que desfrutava de certo prestígio político, mas isso tinha passado e então,

Já com 90 (noventa anos) de idade, sem ganho certo, não tendo emprego, inválido, viúvo, vivendo ainda graças ao espírito da solidariedade humana, o titular da presente ficha pois, se sentido impossibilitado de manter-se ilegalmente amparado, vem requerer os favores da Lei n. 380, de 10 de setembro de 1948, modificada pelo art. 26, da Lei n. 3765, de 04 de maio de 1960, fazendo jus, portanto, aos benefícios da pensão concedida àqueles que lutaram pela integração do Acre ao Brasil (ALMEIDA, 1976).

Almeida chegou ao Acre em 1900, trabalhava como braçal e depois como comboieiro no transporte de borracha pelos varadouros dos seringais, sendo convocado pelo coronel Joaquim Victor. Conta que lutou ao lado de colegas

como Francisco Balacio, Benedito Prata, Ladislau Ferreira da Silva e outros. Saiu da insurreição bastante fragilizado, mas buscou se sustentar por conta própria e só procurou os benefícios mínimos ofertados pelo Estado quando já estava completamente inválido. Nas entrelinhas percebe-se que Joaquim Matias tinha muito orgulho de sua capacidade laborativa, mas ao que tudo indica em sua ficha, morreu sem conseguir sua pensão porque nela só consta seu depoimento.

A condição de idosos vivendo na penúria era comum aos ex-combatentes, porque passaram suas vidas em um trabalho estafante e sem garantias legais de aposentadorias. Assim como Joaquim Matias, Felipe Jorge da Silva chegou em 1968 ‘sem forças para o trabalho da seringa’, tendo casado e vivo ‘em Tarauacá em estado de penúria’. Considerava que por ter atuado ao lado de Plácido de Castro e sem poder mais se sustentar, poderia conseguir ao menos uma pensão (SILVA, 1968). Adelino Gomes, por sua vez, trabalhou no corte da seringa até ‘se achar doente e cansado’, quando sua irmã o chamou para morar com ela. Deixou de trabalhar perto de 1974, quando foi para Rio Branco e solicitava a pensão porque não tinha como se sustentar (COSTA, 1974).

O turco Alexandre Hassny Alatrach havia chegado ao Acre em 1903, tendo lutado contra os peruanos e após a incorporação do Acre, virou pequeno comerciante subindo e descendo os rios. Não conseguiu guardar nenhum recurso e trabalhou até morrer em 1957 como vendedor de doces em Sena Madureira. Sua viúva, idosa e sem condições de se sustentar em 1973, disse que ele

Era conhecido como Alexandre Sinal e fazia excelentes doces sírios e os vendia numa carrocinha até o ano de 1959, quando deixou de fabricar seus disputados doces. Alexandre Sinal, como era conhecido, foi um dos fundadores da cidade de Sena Madureira em 1904, merecendo sempre grande respeito e cuidado de todo o povo daquela cidade e, por isso, faz jus aos benefícios da Lei que concede pensão a todos aqueles que de um modo geral contribuíram para libertar esta terra dos invasores peruanos e bolivianos (ALATRACH, 1973).

A viúva de Alatrach certamente morreu sem qualquer pensão, porque não constam mais dados sobre o andamento da petição. Ele, contudo, morreu literalmente trabalhando até seus últimos dias de vida. Esses senhores só vinham requerer os benefícios da lei em último caso, como disse Antônio

Severiano, que solicitava a pensão porque ‘já estava alquebrado pelos anos, não podendo mais manter-se de seu trabalho’ (LIMA, 1963). Outros, contudo, buscavam um sustento mínimo só para passar um pouco melhor seus últimos dias como foi Pedro Xavier Pereira, que além disso ‘gostaria de ser reconhecido como veterano’ (PEREIRA, 1973).

Antônio Saturnino da Costa lembrava que lutou em todo o vale do Purus com todo o afinco entre 1903 e 1904, ‘havendo tomado parte ativa nos combates Santa Rosa e em boca do Chandless’. Chegou ao Acre em 1902 com aproximadamente 14 anos de idade, trabalhando como seringueiro e encontrando-se completamente exaurido em 1953, quando deixou de trabalhar e foi morar com seu genro:

Hoje, já velho, sem mais forças para o trabalho, eis que vim ter conhecimento dos termos da Lei 380, de 10 de setembro de 1948, votada pelo Congresso Nacional, que instituiu a pensão a todos os sobreviventes da vitoriosa revolução acreana, pensão que se vier a receber, terei melhorada a minha velhice, amparado que venho sendo pelo meu genro, João Sulpino Soares, que me sustenta, dando-me o pão de cada dia (COSTA, 1954).

A situação de um homem como Antônio Saturnino, quando contava com quase 66 anos e vivendo às custas de um parente, lhe fazia analisar o quão foi expropriado em sua juventude. Ele relatou que se encontrava naquela situação porque, na época dos combates, sem qualquer experiência de vida, foi ludibriado. Ele ‘era um simples soldado seringueiro e por isso mesmo meus chefes não me entregaram qualquer documento, quer antes, quer após a revolução’, ou seja, recebeu um caloroso muito obrigado e só. Nenhum comprometimento por escrito, que certamente poderia usar no futuro. As lutas em favor da nação deveriam ser travadas somente com a força da boa-fé, sem qualquer garantia. Em 1975, dona Leonizia Correia Chagas requeria a pensão em nome de seu esposo, João Martins de Oliveira, que já estava falecido. A condição do casal na velhice era de completo desamparo e ela conta que essa situação era geral:

Senhor Sebastião era o que eu tinha a dizer sobre a atuação efetiva do meu inesquecível esposo na Revolução Acreana de 1902 a 1903, promovida por José Plácido de Castro, hoje considerado herói nacional e muitos remanescentes da Revolução Acreana, que deram este título, achavam-se na miséria, passando as maiores privações e

outros mesmo esmolando a quem passa na rua. Aqui em Fortaleza conheço muitos nestas situações sem recursos para habilitar-se a pensão deixada pelos heróis do Acre, apelo para o coração do generoso senhor, para que tome interesse na causa. Senhor Sebastião esta era a história que meu marido repetia dias e dias, que eu mesma já me sentia aborrecida com tantas reclamações por não ter sido beneficiado pela Lei que instituiu a pensão. Desde o momento que ele tomou conhecimento passou a lutar a fim de se habilitar e nunca foi possível (OLIVEIRA, 1975).

O relato de dona Leonizia Correia foi dado através da transcrição de uma carta que enviou a direção do Instituto Histórico e Geográfico do Acre, detalhando que a incorporação do território só ganhou a alcunha de Revolução Acreana por causa dos trabalhadores, que lutaram pela causa, que a condição de mendicância era generalizada entre eles e que nem mesmo a lei tinha garantido acesso aos benefícios. As reclamações de seu falecido esposo tinham se tornado uma ladainha, ouvida quase que somente por ela.

Na documentação, contudo, encontramos uma série de pequenos comerciantes, seringalistas e agentes citados por outros trabalhadores em suas fichas, mas que não conseguiram assegurar uma velhice com recursos. O caso que mais chamou atenção foi o do capitão João Felipe da Silva, que convocou cerca de 10 soldados dos 248 pesquisados e em 1970 requeria a pensão de acordo com o seu cargo. A portaria de sua nomeação se perdeu em um naufrágio, mas ele alegava ter duas testemunhas sobre o fato. Ainda assim, o Instituto Histórico não reconhecia sua petição porque os dados que possuía era tão somente de uma nomeação do mesmo para o posto de alferes, tendo que se contentar com os valores da lei de 1948 (SILVA, 1970). Alguns dos convocados por ele foram: João Felipe de Souza, em 1903; Manoel de Lima Amorim, que afirma ter lutado sob as ordens do capitão João Felipe de Souza no Batalhão Acreano; Said Hallak, que foi convocado com mais de 70 seringueiros por João Felipe de Souza no seringal Panorama (SOUZA, 1954; AMORIM, 1973; HALLAK, 1929).

Um destacado oficial que lutou em prol da causa encontrava-se na sua vida idosa em estado de pobreza e mesmo sendo reconhecido por muitos outros combatentes, não teve acesso a pensão requerida. No caso de Antônio Evangelista Wanderley temos um seringalista, no caso não dos maiores, mas arrendatário do Liberdade. Ali, naquela propriedade, conta que ‘com muito trabalho, conseguiu amealhar algum recurso, com apreciável movimento

comercial, desenvolvendo a agricultura e a extração do látex'. Em 1902, foi em sua propriedade que Plácido de Castro se preparou para o primeiro combate no Volta da Empreza, depois franqueando seus serviços, funcionários e bens a luta contra os bolivianos. Abateu todo o 'seu gado, animais de caça e outros que pudesse abastecer de alimentos para os combatentes, bem como encaminhar os doentes feridos ao Hospital'.

Conta que o Liberdade tinha uma posição estratégica nas redes de abastecimento de armas, ponto de descanso e para defesa de posição. De Plácido de Castro diz ter recebido o pomposo título de Tenente do Primeiro Esquadrão do Quarto Regimento de Cavalaria, mas mesmo sendo reconhecido em meio aos compatriotas, morreu em 1938 desprovido de riquezas, pobre e sem assistência (WANDERLEY, 1938). Investiu seus recursos nos combates, talvez antevendo futuros benefícios de seus pares, só que ele não era um igual dos demais seringalistas. Era somente um mero arrendatário. Outro nessa categoria menor de investidores da borracha que não se deu bem foi José Cesário de Fárias, que arrendava o seringal Mercês no rio Acre.

Era natural da cidade cearense de Uruburetama, a mesma de onde partiu um dos primeiros seringalistas do Acre, João Gabriel de Carvalho. Chegou no Mercês em 1896, com uma boa situação financeira e ficou famoso porque 'os seringueiros que forneceu aos combates de 1899 a 1902, eram municidados e com mantimentos'. Participou das primeiras reuniões com vistas a tomada da região dos bolivianos desde José de Carvalho, Luiz Galvez e outros movimentos. Assim como Antônio Evangelista, José Cesário investiu um pesado recurso e ao término dos combates, viu seus bens se esvaindo até que, empobrecido, foi embora para Óbidos, Pará, onde veio a falecer (FARIAS, 1937). Napoleão Ribeiro, autor do *O Acre e seus heróis*, chegou a atuar no comércio da borracha pelo rio Acre e lá, em 1902, convocou seu próprio irmão, Gualter Rodrigues Ribeiro, para ingressar nas refregas. Finda a querela, o escritor foi embora do Acre e seu irmão permaneceu atuando como comboieiro de aviamentos entre o seringal Caquetá e o Território Federal do Guaporé até ficar 'inativo, sem condições de trabalhar, razão porque deseja utilizar o direito que lhe assegura de receber a pensão instituída' (RIBEIRO, 1963).

As motivações e obrigações dessas pessoas nas lutas pela incorporação são variadas e de todas as narrativas, a que mais chama atenção pelo flagrante

silêncio da historiografia para com ela é a contada por Pedro Cavalcante de Azevedo. Sobre esse homem não existe sequer um busto erguido em uma praça de Rio Branco, nem uma vírgula nos textos sobre a chamada Revolução Acreana ou qualquer outro tipo de homenagem. Como muitos que foram aqui apresentados, morreu pobre na capital acreana.

Chegou ao Acre em 1902, indo trabalhar no seringal Vitória com José Galdino de Assis Marinho e logo começou no movimento como estafeta, oportunidade que teve de conhecer todos os batalhões e grupos, comandantes, oficiais, cabos e praças. Diz que esteve ‘a par de todos os fenômenos ocorridos durante a Revolução do Acre e Purus; que as viagens dadas com correspondências do meu patrão para o Cel. Plácido de Castro’ e tantos outros. Teve o cuidado de anotar todas essas comunicações e percorria sempre pelo mato virgem da floresta, onde ficava ‘exposto as feras de toda natureza e emboscadas dos inimigos’ e nessa condição ficou até a posse do General Olympio da Silveira³, quando do término das lutas no rio Acre. Mas, ele aproveitou a embarcação do estafetas do coronel José Ferreira de Araújo e partiu para o Purus em 1903,

Chegando em São Brás a 02 de setembro do mesmo ano; que chegando lá encontrei o acampamento do Cel. José Ferreira de Araújo e que no momento fui convidado para combater com o título de alferes. Aceitando o honroso convite, no dia 05 de setembro já me encontrava subindo para a boca do rio Chandless com um contingente sob o comando do Cel. Eugenio Lages e no dia 06 seguinte, cercamos as forças legais peruanas forçando-as ao rendimento com a prisão do Medina e Vasquez, nas condições da recuada dos soldados para o Perú. No dia seguinte 07, mais ou menos às 09 horas, chega José Ferreira de Araújo e seu ajudante, o capitão Mesquita (capitão da polícia do Amazonas aposentado), que não se conformando com a forma de rendição aceita pelo meu chefe Cel. Eugenio Lages, fomos conduzidos a São Brás levando 02 prisioneiros peruanos, que ficaram detidos lá até segunda ordem, que mais tarde, isto é, no mês de outubro, foram conduzidos na Lancha 'Mercedes', comandada por Ananias Gadelha e entregues ao Cel. Plácido de Castro, que se achava à frente do mandato acreano em face da ausência do Cel. Rafael; Que chegando em São Brás reunimos os nossos companheiros ali acampados e seguimos subindo o rio Purus; Que ao passar pelo sacado chamado Refugio, tivemos o encontro com as forças legais peruanas, que haviam escapado na boca do Chandless e ali houve o primeiro combate e o maior entre todas as refregas havidas até findo próximo o ano de 1903; Que nesse combate não houve prisioneiros, escapando

³ Silveira deu início a ocupação formal do território acreano pelo Brasil em 1903, tendo Plácido de Castro se deslocado de Porto Acre para Xapuri e, a seguir, desmobilizado as forças paramilitares.

um peruano de perna quebrada, que recolhido ao nosso hospital, foi devolvido ao Peru após a sua recuperação (OLIVEIRA, 1974).

Seu périplo de lutas inclui os combates tanto no rio Acre quanto os do Purus, sendo o único soldado que encontramos nessa situação. Após sua épica jornada, voltou ao seringal e só deixou José Galdino porque não tinha conseguido guardar nenhuma poupança. Depois, rumou para a região do Juruá, onde conseguiu arrendar um seringal até 1924. Dali, atuou como gerente dos seringais de José Ferreira de Araújo, onde fez certa renda para adquirir um seringal, que faliu completamente em 1960. Falido, tentou comércio em Sena Madureira até 1962, quando sentindo-se cansado mudou-se para Rio Branco. Sem meios físicos para se sustentar, procurou a pensão em 1974.

Na ficha de Pedro Cavalcante consta uma foto sua, onde está muito magro e sem dentes. Tentou ingressar com o pedido de pensão em 1958, mas seu processo perdeu-se e foram guardadas algumas fotocópias apenas. Nesse processo antigo há até mesmo um despacho decretando sua pensão, mas em determinado momento foi suspensa porque o departamento responsável pelos pagamentos perdeu todos os seus dados. Em outubro de 1974, seu Pedro Cavalcante foi obrigado a prestar novos depoimentos e comprovar sua atuação para reaver a pensão (OLIVEIRA, 1974).

Considerações finais.

Um silêncio proposital ao longo do texto são as ausências das falas desses soldados sobre como travaram suas lutas nos mais variados combates que ocorreram durante a incorporação do Acre ao Brasil. Reconhecemos que a quebra desse silenciamento poderia trazer uma série de informações a respeito desses combates, um ponto de vista diferente, mas o texto se tornaria não uma efeméride dos seringalistas, mas dos seringueiros a respeito desse tema.

Optou-se justamente por quebrar a lógica factual sobre essa incorporação, fugindo da linearidade sempre presente na historiografia sobre o Acre. Os temas abordados procuram descentralizar a incorporação do já muito discutido andamento factual dos combates, trazendo as fissuras presentes no alistamento que marcam uma divisão de classes. Essa divisão se acentua quando

se aborda a questão dos benefícios destinados aos combatentes, onde os seringalistas foram imediatamente atendidos enquanto os seringueiros não. E, por fim, as contribuições das mulheres à causa, tendo em vista que assumiram papéis de protagonismo e que, no caso do Acre, a questão de gênero está associada com a de maternidade. Mulheres e seus filhos não se separaram nas lutas.

Referências.

Nota: as fichas começam em 1946. Aquelas que contenham datas anteriores são as que não constam quando foram escritas, então adotou-se como data padrão o ano de falecimento de seus depoentes.

AMORIM, Manoel Lima. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1973.

ALATRACH, Alexandre Hassny. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1973.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALENCAR, Francisco Carlos. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1975.

ALEXANDRE, José. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1974.

ALMEIDA, Joaquim Matias de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1976.

AZEVEDO, Pedro Cavalcante. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1974.

BARROSO, Arthur. Informação. Projeto n. 924, de 1950. In: República dos Estados Unidos do Brasil. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 924 de 1950.

BRITO, Jeremias Ferreira de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1970.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, Dionisio Soares de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1968.

CARDOSO, Roberto Carvalho. A utilização da cotação do Dólar para eliminar efeitos da inflação. In: Revista **Administração Empresarial**, vol. 11, n. 02, pp. 86-96, Rio de Janeiro, 1971. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rae/a/dmQrBGCGhZcJqShCfwXHxDG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

CASTRO, Plácido de. Notas inéditas sobre a revolução acreana escriptas pelo libertador do Acre. In: CASTRO, Plácido de; VASCONCELLOS, Carlos de. **Apontamentos sobre a Revolução Acreana**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1911.

CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: excertos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2005.

COSTA, Adelino Gomes da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1974.

COSTA, Antônio Saturnino da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1954.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. Rio de Janeiro: Comp. Editora Nacional, 1940.

CURUNIL, Vicente. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1968.

DOURADO, Maria Tereza Garritano. Cotidiano e sobrevivência: soldados e marinheiros na Guerra do Paraguai. In: Revista **Historiae**, vol. 05, n. 01, pp. 116-140, Rio Grande, 2014.

FARIAS, José Cesário de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1937.

RIBEIRO, Gualter Rodrigues. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1963.

HALLAK, Said. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1929.

KLEIN, Daniel da Silva. História, polifonia e verdade em obras selecionadas de Svetlana Aleksievitc. In: Revista **Tansversos**, pp. 203-222, Rio de Janeiro, UFRJ, 2019.

LEI N. 380, de 10 de setembro de 1948. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-380-10-setembro-1948-356380-norma-pl.html>. Acesso em: 20/03/2023.

LIMA, Antônio Severiano de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1963.

LIMA, José de Oliveira. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1927.

LOPES, Anibal. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1973.

LOPES, Orlando Corrêa. Ao leitor. In: CASTRO, Plácido de; VASCONCELLOS, Carlos de. **Apontamentos sobre a Revolução Acreana**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1911.

MAIA, Francisco Ferreira. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1964.

MASCARENHAS, Gaspar. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1975.

MATOS, Manoel Izaias de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1967.

MEDEIROS, José de Souza. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1975.

MELO, Isbelo Florentino de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1974.

OLIVEIRA, João Martins de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1975.

OLIVEIRA, Manoel de Campos de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1946.

OLIVEIRA, Mario de. Eis a espada gloriosa. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Jornal, ed. 56, Rio Branco, 1978.

OLIVEIRA, Nilo Bezerra de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1976.

OLIVEIRA, Odorico. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1954.

- PEREIRA, João de Souza Camelo. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1970.
- PEREIRA, Pedro Xavier. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1973.
- PINHEIRO, Hipolito Queiroz. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1967.
- RIBEIRO, Napoleão. **O Acre e seus heróis**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- SALÁRIO MÍNIMO MENSAL. Diário das Leis, 2009. Disponível em: https://www.diariodasleis.com.br/monetaria/exibe_indice.php?id_indice=15. Acesso em: 20/03/2023.
- SANTOS, Bertoldo Nunes dos. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1975.
- SENA, Francisco Lucio de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1974.
- SILVA, Felipe Jorge da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1968.
- SILVA, João Batista da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1975.
- SILVA, João Felipe da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1970.
- SILVEIRA, José Júlio da. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1937.
- SOBRINHO, José Moreira Brandão Castelo Branco. O rio Acre. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 225, pp. 294-298, Rio de Janeiro, 1954.
- _____. Caminhos do Acre. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 196, pp. 74-225, Rio de Janeiro, 1947.
- _____. Acreania. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 240, pp. 03-83, Rio de Janeiro, 1958.
- _____. Peruanos na região acreana. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 244, pp. 135-216, Rio de Janeiro, 1959.

SOUZA, João Felipe de. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1954.

TEIXEIRA, Pedro Xavier. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1973.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre. 2 vols.** Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

WANDERLEY, Antônio Evangelista. Ficha dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico do Acre; Fundo IHGA. Rio Branco (Centro de Documentação e Informação Histórica do Acre-UFAC). 1938.

Recebido em Julho de 2023
Aprovado em Julho de 2023